



INTERNATIONAL
INTEGRALIZE
SCIENTIFIC

Fevereiro 2026

v. 6 n. 56

INTERNATIONAL INTEGRALIZE SCIENTIFIC ISSN/2675-520





INTERNATIONAL
INTEGRALIZE
SCIENTIFIC

Fevereiro 2026

v. 6 n. 56

INTERNATIONAL INTEGRALIZE SCIENTIFIC ISSN/2675-520



APRESENTAÇÃO

A International Integralize Scientific configura-se como um periódico científico mensal dedicado à difusão rigorosa e qualificada do conhecimento acadêmico. Com publicações predominantemente em língua portuguesa e contribuições consistentes em inglês e espanhol, a revista consolida-se como um espaço editorial multicultural, orientado ao diálogo científico internacional e ao fortalecimento da produção intelectual brasileira no cenário global.

Alinhada a elevados critérios de avaliação acadêmica, a revista privilegia a publicação de artigos inéditos de discentes e docentes provenientes de distintas áreas do saber, reconhecendo a ciência como campo plural e interdisciplinar. Cada manuscrito submetido passa por criteriosa análise técnico-científica em regime de avaliação por pares, assegurando integridade metodológica, consistência teórica e relevância social dos resultados apresentados. Dessa forma, a International Integralize Scientific reafirma seu compromisso institucional com a circulação responsável do conhecimento e com o fortalecimento da cultura de pesquisa.

Sua missão institucional consiste em promover a publicação e a disseminação de pesquisas inovadoras que contribuam efetivamente para o avanço científico e tecnológico, estimulando a reflexão crítica e o desenvolvimento de novas abordagens investigativas. A revista persegue a visão de consolidar-se como referência de credibilidade e excelência acadêmica no contexto internacional, valorizando a produção científica que se ancora em evidências sólidas, metodologias reconhecidas e padrões éticos elevados.

A governança editorial do periódico opera em plataforma Open Journal Systems (OJS), garantindo transparência processual, rastreabilidade, interoperabilidade com bases internacionais e aderência às melhores práticas em editoração científica. A revista possui registro ISSN nas versões impressa e digital e atribui Digital Object Identifier (DOI) a todas as publicações, mediante associação ativa à Crossref, assegurando autenticidade, persistência e ampla citabilidade internacional. Sua atuação editorial mantém alinhamento às boas práticas recomendadas por organizações científicas de referência e aos princípios éticos, técnicos e normativos que orientam a gestão de periódicos acadêmicos qualificados, incluindo diretrizes consolidadas no âmbito da normalização internacional.



Os valores que regem sua atuação editorial fundamentam-se no rigor científico, na ética acadêmica e na promoção de um ecossistema plural de saberes. A diversidade disciplinar, a integridade intelectual, a inovação, o impacto social da ciência e a construção de redes colaborativas entre pesquisadores de diferentes nacionalidades constituem pilares estruturantes do periódico. Ao incentivar a interlocução entre centros de pesquisa, universidades e comunidades científicas, a International Integralize Scientific contribui para o desenvolvimento de uma ciência aberta ao diálogo, orientada à melhoria contínua e sensível às demandas contemporâneas.

Sua periodicidade regular, o compromisso com padrões editoriais elevados e a interlocução permanente com autores e avaliadores qualificados reforçam a credibilidade da revista como veículo legítimo de disseminação científica. Trata-se, assim, de um espaço editorial que acolhe a investigação acadêmica com seriedade, estimulando trajetórias de produção intelectual consistente, ética e socialmente relevante.

Ao posicionar-se como ponte entre diferentes culturas, idiomas e tradições científicas, a International Integralize Scientific reafirma o papel estratégico dos periódicos acadêmicos no fortalecimento da ciência global e na promoção de um conhecimento capaz de transformar realidades, ampliar horizontes e projetar pesquisadores brasileiros e internacionais em um ambiente científico de excelência.



Expediente Editorial

A Revista International Integralize Scientific é um periódico científico mensal dedicado à promoção e disseminação de conhecimento acadêmico de alta qualidade, orientado por rigor metodológico e compromisso ético. Seu propósito central consiste em oferecer um espaço de visibilidade qualificada para pesquisas inéditas, contribuindo para o fortalecimento do debate científico e para o desenvolvimento contínuo das diversas áreas do saber. Ao assegurar processos criteriosos de avaliação e seleção editorial, o periódico reafirma sua vocação institucional de fomentar o pensamento crítico, incentivar o intercâmbio intelectual e apoiar a formação de novas gerações de pesquisadores.

Diretor Geral

Dr. Luan Trindade

Responsável pela direção estratégica do periódico, conduz a governança institucional da revista, assegurando o alinhamento entre política editorial, expansão científica e fortalecimento das relações acadêmicas nacionais e internacionais.

Diretora Administrativa

Profa. PhD Vanessa Sales

Docente e pesquisadora, com trajetória consolidada na área acadêmica, coordena os processos organizacionais e de gestão editorial, contribuindo diretamente para a qualidade científica, ética e institucional das publicações.

Editor de Design Gráfico e Diagramação

Balbino Júnior

Profissional responsável pela curadoria visual, normatização gráfica e composição editorial, assegurando harmonia estética, legibilidade acadêmica e conformidade técnica das edições.

Características do Periódico

Periodicidade:

Mensal

Idiomas de Publicação:

Português, Inglês e Espanhol

Plataforma Editorial:

Open Journal Systems (OJS)

Registro Internacional:

SSN 3085-654X

Identificação Digital:

DOI registrado e associado à Crossref

Contato Editorial

Para esclarecimentos, submissões, parcerias institucionais ou orientações relacionadas ao processo editorial, a equipe técnica encontra-se à disposição através do e-mail:

publicacao@iiscientific.com

Endereço Institucional

Florianópolis – Santa Catarina – Brasil
Rodovia SC-401, Bairro Saco Grande
CEP 88032-005

A International Integralize Scientific mantém atuação editorial orientada pelas boas práticas científicas internacionais, alinhada aos princípios de integridade acadêmica, transparência editorial e responsabilidade social do conhecimento. Seu corpo diretivo e técnico atua de maneira integrada para assegurar excelência, continuidade e relevância científica em cada edição publicada.

Corpo Editorial e Conselho de Revisores por Pares

A revista adota um rigoroso processo de avaliação científica por pares (peer review), conduzido preferencialmente no modelo doubleblind, garantindo anonimato entre autores e revisores durante o processo avaliativo, imparcialidade na emissão dos pareceres e excelência acadêmica na seleção dos manuscritos publicados.

A divulgação institucional do corpo editorial e dos revisores por pares não estabelece qualquer vinculação entre avaliadores e artigos específicos, preservando integralmente a confidencialidade e a integridade ética do processo de revisão.

Editora-Chefe

Profa. PhD Vanessa Sales

Equipe Editorial

Prof. PhD Hélio Sales Rios
Prof. Dr. Rafael Ferreira da Silva
Prof. Dr. Francisco Rogério Gomes da Silva
Prof. PhD Manoel Coracy Dias Saboia
Prof. Dr. Daniel LaiberBonadiman

Declaração de Transparência Editorial

O periódico mantém registro formal de todas as etapas do processo de avaliação científica, assegurando confidencialidade, ética, independência acadêmica e conformidade com o modelo doubleblindpeer review, no qual autores e revisores permanecem mutuamente anônimos durante o processo avaliativo.

Conselho de Revisores por Pares (Peer Review Board)

O Conselho de Revisores por Pares é composto por pesquisadores com sólida formação acadêmica e reconhecida atuação científica. Os pareceres técnicos emitidos avaliam critérios de relevância científica, originalidade, consistência metodológica, contribuição teórica e adequação ética, fortalecendo o rigor e a credibilidade do periódico.

Pareceristas

Ciências da Educação

Dr. Carlos Mendonça
Dr. Marcelo Pertussatti
Dr. Ederson Renan Pacheco de Farias

Ciência da Saúde

Dr. Daniel Laiber
Dra. Luisa Bonadiman

Ciências Jurídicas

Dr. Avelino Thiago
Dr. James Melo de Sousa
Dr. Manoel Coracy

Educação Inclusiva

Dra. Fábila Roseana Souza Oliveira da Silva
Dra. Karla Roberta Melo de Vasconcellos

Tecnologia

Dr. Flávio Lopes
Dr. Geraldo Lúcio

Editor Gerente

Rayane Priscila Santos de Souza

Editores de Seção

Karolayne Luana de Oliveira Silva

Eloisa Bárbara Rodrigues Lima

Equipe de Produção Editorial

Reviane Francy Silva da Silveira

Priscila de Fátima Lima Schio
Lucas Teotônio Vieira

Editor Técnico

Balbino Júnior

Administrador do Sistema OJS

Vitor Santos

**A EFETIVIDADE DOS PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS DE APOIO ESCOLAR:
ANÁLISE CRÍTICA DA RESPONSABILIDADE DOS PROFESSORES E A
NECESSIDADE DE INCENTIVAR O DESENVOLVIMENTO INTELECTUAL DOS
ALUNOS**

THE EFFECTIVENESS OF GOVERNMENTAL SCHOOL SUPPORT PROGRAMS: A
CRITICAL ANALYSIS OF TEACHERS' RESPONSIBILITY AND THE NEED TO
ENCOURAGE STUDENTS' INTELLECTUAL DEVELOPMENT

LA EFECTIVIDAD DE LOS PROGRAMAS GUBERNAMENTALES DE APOYO
ESCOLAR: ANÁLISIS CRÍTICO DE LA RESPONSABILIDAD DOCENTE Y LA
NECESIDAD DE INCENTIVAR EL DESARROLLO INTELECTUAL DE LOS
ESTUDIANTES

Juverlânia Alves Santos Souza
Orientador: Prof. Dr. Francisco Bessa

RESUMO

Os programas governamentais de apoio escolar têm sido amplamente implementados no contexto educacional brasileiro com o objetivo de reduzir desigualdades, garantir permanência escolar e favorecer o desenvolvimento acadêmico dos estudantes. Iniciativas como o programa “Pé-de-Meia”, ações de monitoria e outros mecanismos de apoio pedagógico têm ampliado o acesso a recursos e incentivos, mas ainda apresentam resultados heterogêneos no que se refere ao desenvolvimento intelectual dos alunos. Este artigo tem como objetivo analisar criticamente a efetividade desses programas, problematizando a responsabilização atribuída aos professores pelos resultados insatisfatórios e discutindo os limites dessa culpabilização diante de fatores estruturais, institucionais e motivacionais que interferem no processo de aprendizagem. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica e documental, fundamentada em produções científicas, dados oficiais e documentos normativos. Os resultados indicam que a eficácia dos programas de apoio não depende exclusivamente da atuação docente, mas de uma articulação mais ampla entre políticas públicas, escola, professores e engajamento ativo dos estudantes. Conclui-se que o fortalecimento desses programas exige estratégias que promovam a autonomia intelectual, a motivação para o estudo e a corresponsabilidade entre todos os atores envolvidos no processo educativo.

Palavras-chave: Programas governamentais; apoio escolar; responsabilidade docente; engajamento estudantil; desenvolvimento intelectual.

ABSTRACT

Governmental school support programs have been widely implemented in the Brazilian educational context with the aim of reducing inequalities, ensuring school permanence, and promoting students' academic development. Initiatives such as the "Pé-de-Meia" program, tutoring activities, and other pedagogical support mechanisms have expanded access to resources and incentives, yet they still show heterogeneous results regarding students' intellectual development. This article aims to critically analyze the effectiveness of these programs, questioning the attribution of responsibility to teachers for unsatisfactory outcomes and discussing the limits of such blame in light of structural, institutional, and motivational factors that influence learning processes. This study adopts a qualitative, bibliographic, and documentary approach, grounded in scientific literature, official data, and normative documents. The findings indicate that the effectiveness of support programs does not depend solely on teachers' performance, but rather on a broader articulation among public policies, schools, educators, and students' active engagement. It is concluded that strengthening these programs requires strategies that foster intellectual autonomy, motivation for learning, and shared responsibility among all actors involved in education.

Keywords: Government programs; school support; teacher responsibility; student engagement; intellectual development.

RESUMEN

Los programas gubernamentales de apoyo escolar han sido ampliamente implementados en el contexto educativo brasileño con el objetivo de reducir desigualdades, garantizar la permanencia escolar y favorecer el desarrollo académico de los estudiantes. Iniciativas como el programa "Pé-de-Meia", las acciones de tutoría y otros mecanismos de apoyo pedagógico han ampliado el acceso a recursos e incentivos, pero aún presentan resultados heterogéneos en lo que respecta al desarrollo intelectual del alumnado. Este artículo tiene como objetivo analizar críticamente la efectividad de estos programas, cuestionando la responsabilización atribuida a los docentes por los resultados insatisfactorios y discutiendo los límites de dicha culpabilización frente a factores estructurales, institucionales y motivacionales que influyen en el proceso de aprendizaje. Se trata de una investigación de enfoque cualitativo, de carácter bibliográfico y documental, fundamentada en producciones científicas, datos oficiales y documentos normativos. Los resultados indican que la eficacia de los programas de apoyo no depende exclusivamente de la actuación docente, sino de una articulación más amplia entre políticas públicas, escuela, profesores y el compromiso activo de los estudiantes. Se concluye que el fortalecimiento de estos programas requiere estrategias que promuevan la autonomía intelectual, la motivación para el estudio y la corresponsabilidad entre todos los actores del proceso educativo.

Palabras clave: Programas gubernamentales; apoyo escolar; responsabilidad docente; compromiso estudiantil; desarrollo intelectual.

1 INTRODUÇÃO

Os programas governamentais de apoio escolar têm assumido papel central nas políticas públicas educacionais brasileiras, sendo apresentados como estratégias para reduzir desigualdades, garantir a permanência dos estudantes na escola e favorecer melhores condições de aprendizagem. Iniciativas como o programa Pé-de-Meia, ações de monitoria e reforço escolar evidenciam o esforço do Estado em ampliar o suporte oferecido aos alunos, sobretudo àqueles em situação de vulnerabilidade social. No entanto, apesar da expansão desses programas, os resultados relacionados ao desenvolvimento intelectual dos estudantes permanecem desiguais e, em muitos casos, distantes dos objetivos propostos.

Dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira indicam que, embora haja avanços na permanência escolar, persistem fragilidades significativas nos níveis de aprendizagem, especialmente nas etapas finais da educação básica (INEP, 2024). Relatórios recentes demonstram que uma parcela expressiva dos estudantes conclui etapas escolares sem o domínio de competências essenciais, o que evidencia um descompasso entre a ampliação das políticas de apoio e sua efetividade pedagógica (Todos Pela Educação, 2025). Esse cenário suscita questionamentos sobre os limites dessas iniciativas e sobre a forma como seus resultados têm sido interpretados e avaliados.

Nesse contexto, observa-se uma recorrente tendência de responsabilização dos professores pelos resultados insatisfatórios dos programas de apoio escolar. A atuação docente passa a ser frequentemente associada, de maneira quase exclusiva, ao sucesso ou fracasso dessas políticas, desconsiderando fatores estruturais, institucionais e sociais que condicionam o processo educativo (Libâneo, 2017). Tal lógica de culpabilização ignora, ainda, o papel ativo do aluno no processo de aprendizagem, especialmente no que se refere ao engajamento, à motivação e à construção de hábitos de estudo.

A literatura educacional aponta que o desenvolvimento intelectual não ocorre de forma automática a partir da oferta de incentivos financeiros ou atividades de monitoria. Conforme argumenta Charlot (2000), a aprendizagem está profundamente

vinculada à relação que o estudante estabelece com o saber e ao sentido atribuído ao estudo. Assim, programas de apoio que não conseguem mobilizar o interesse e a participação ativa dos alunos tendem a produzir efeitos limitados, mesmo quando bem estruturados do ponto de vista administrativo.

Além disso, fatores sociais, familiares e psicológicos continuam a influenciar significativamente o aproveitamento escolar. Contextos de vulnerabilidade social, ausência de acompanhamento familiar e dificuldades emocionais podem comprometer o envolvimento do aluno com os programas de apoio, dificultando o desenvolvimento da autonomia intelectual e da autorregulação da aprendizagem (IBGE, 2025). Nesse sentido, a eficácia dessas políticas não pode ser analisada de forma isolada, mas deve considerar as condições concretas de vida dos estudantes e os limites da atuação escolar.

Diante desse cenário, este artigo tem como objetivo analisar criticamente a efetividade dos programas governamentais de apoio escolar, problematizando a responsabilização atribuída aos professores e discutindo a necessidade de incentivar o desenvolvimento intelectual e o engajamento dos alunos. Busca-se defender uma abordagem mais integrada, que articule políticas públicas, escola, docentes e estudantes, deslocando o foco da culpabilização individual para a corresponsabilidade educativa e para a promoção da autonomia intelectual como elemento central do processo de aprendizagem.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Programas governamentais de apoio escolar: Fundamentos, objetivos e limites

Os programas governamentais de apoio escolar constituem instrumentos centrais das políticas educacionais voltadas à redução das desigualdades sociais e educacionais, buscando garantir condições mínimas de permanência e êxito escolar aos estudantes. No Brasil, tais programas assumem diferentes formatos, incluindo ações de monitoria, reforço pedagógico, tutoria e incentivos financeiros vinculados à frequência e ao desempenho escolar, como o programa Pé-de-Meia. Em sua concepção, essas iniciativas partem do pressuposto de que o apoio material e

pedagógico pode mitigar os efeitos das desigualdades socioeconômicas sobre o percurso educacional dos alunos.

Entretanto, a literatura tem problematizado os limites desses programas quando sua implementação se concentra prioritariamente na dimensão assistencial, sem articulação consistente com práticas pedagógicas voltadas ao desenvolvimento intelectual. Estudos indicam que políticas de apoio escolar tendem a apresentar maior impacto na permanência dos estudantes na escola do que, propriamente, na melhoria dos níveis de aprendizagem e na consolidação de competências cognitivas complexas (INEP, 2024). Esse descompasso evidencia que a ampliação do acesso a programas de apoio não garante, por si só, avanços significativos no desempenho intelectual dos alunos.

Além disso, análises críticas apontam que muitos desses programas são concebidos e avaliados a partir de indicadores quantitativos, como taxas de frequência e aprovação, o que pode reduzir sua efetividade pedagógica. Ao priorizar resultados mensuráveis de curto prazo, corre-se o risco de negligenciar processos formativos mais profundos, como a construção da autonomia intelectual, do pensamento crítico e da relação significativa com o conhecimento (Perrenoud, 1999). Assim, os programas de apoio escolar, embora necessários, revelam limites estruturais quando não integrados a um projeto pedagógico mais amplo.

2.2 Responsabilidade docente e a tendência à culpabilização pelos resultados

A responsabilização dos professores pelos resultados educacionais tem se intensificado nas últimas décadas, especialmente no contexto de políticas de avaliação externa e de programas governamentais de apoio escolar. Nesse cenário, o sucesso ou fracasso dessas iniciativas é frequentemente atribuído à atuação docente, desconsiderando-se as condições estruturais de trabalho, a complexidade do processo educativo e os múltiplos fatores que influenciam a aprendizagem (Libâneo, 2017).

A literatura educacional critica essa lógica de culpabilização individual, argumentando que ela reduz o papel do professor a um executor de políticas e ignora a dimensão coletiva e institucional da educação. Conforme aponta Luckesi

(2019), a aprendizagem resulta de um processo relacional que envolve professor, aluno, escola e políticas públicas, não podendo ser explicada ou resolvida a partir da responsabilização isolada de um único ator. Nesse sentido, atribuir exclusivamente ao professor os resultados insatisfatórios dos programas de apoio escolar constitui uma simplificação que obscurece problemas estruturais do sistema educacional.

Além disso, a culpabilização docente tende a produzir efeitos negativos sobre o trabalho pedagógico, como a intensificação da pressão por resultados, a desvalorização profissional e o enfraquecimento da autonomia pedagógica. Estudos apontam que esse modelo de responsabilização pode gerar práticas voltadas mais ao cumprimento de metas administrativas do que ao desenvolvimento intelectual dos alunos, comprometendo a qualidade do processo educativo (Perrenoud, 1999). Assim, torna-se necessário deslocar o foco da responsabilização individual para uma compreensão mais ampla e compartilhada da responsabilidade educacional.

2.3 Engajamento estudantil, motivação e desenvolvimento intelectual

O desenvolvimento intelectual dos alunos está diretamente relacionado ao nível de engajamento e à motivação para o estudo, aspectos que não podem ser garantidos exclusivamente por programas de apoio institucional. A literatura educacional destaca que a aprendizagem exige uma participação ativa do estudante, envolvendo esforço cognitivo, interesse e construção de sentido em relação ao conhecimento escolar (Charlot, 2000).

Nesse sentido, programas de apoio que se limitam à oferta de monitorias ou incentivos financeiros, sem promover estratégias de motivação intrínseca e de valorização do estudo, tendem a apresentar resultados limitados. Conforme argumenta Charlot (2000), o aluno aprende quando estabelece uma relação significativa com o saber, percebendo o estudo como algo que faz sentido para sua vida e para seus projetos futuros. A ausência dessa relação compromete o aproveitamento das oportunidades oferecidas pelos programas governamentais.

Dados recentes reforçam essa análise ao indicar que, mesmo com a ampliação de políticas de apoio, persistem baixos níveis de aprendizagem em áreas centrais do currículo, o que evidencia dificuldades no engajamento intelectual dos

estudantes (Todos Pela Educação, 2025). Assim, incentivar o desenvolvimento intelectual exige ir além do apoio externo, investindo em práticas pedagógicas que promovam autonomia, autorregulação da aprendizagem e protagonismo estudantil.

2.4 Fatores sociais, familiares e institucionais que impactam a efetividade dos programas

A efetividade dos programas governamentais de apoio escolar é fortemente condicionada por fatores sociais, familiares e institucionais que extrapolam o espaço da sala de aula. Contextos de vulnerabilidade social, precariedade econômica, ausência de acompanhamento familiar e dificuldades emocionais influenciam diretamente o modo como os estudantes se relacionam com a escola e com as oportunidades de apoio oferecidas (IBGE, 2025).

Estudos apontam que alunos inseridos em contextos socialmente desfavorecidos enfrentam maiores obstáculos para desenvolver hábitos de estudo, manter a regularidade nas atividades escolares e aproveitar plenamente as ações de monitoria e reforço (Dessen; Polonia, 2019). Nesses casos, os programas de apoio tendem a funcionar mais como mecanismos de contenção da evasão do que como instrumentos efetivos de promoção do desenvolvimento intelectual.

Além disso, fatores institucionais, como a falta de integração entre os programas governamentais e o projeto pedagógico da escola, a sobrecarga docente e a ausência de acompanhamento sistemático dos resultados, limitam o impacto dessas iniciativas. A literatura destaca que a fragmentação das políticas educacionais compromete sua eficácia, reforçando a necessidade de uma abordagem integrada que articule escola, professores, estudantes e políticas públicas (Libâneo, 2017).

Dessa forma, compreender os limites dos programas de apoio escolar implica reconhecer que seu sucesso não depende apenas da existência de recursos ou da atuação docente, mas de um conjunto articulado de condições sociais, institucionais e pedagógicas que favoreçam o engajamento do aluno e o desenvolvimento de sua autonomia intelectual.

3 METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica e documental, orientada à análise crítica da efetividade dos programas governamentais de apoio escolar e da responsabilização atribuída aos professores em relação aos resultados dessas iniciativas. A opção pela abordagem qualitativa justifica-se pela necessidade de compreender, em profundidade, os sentidos, as tensões e as implicações pedagógicas, institucionais e sociais que atravessam a implementação de programas como o Pé-de-Meia, as ações de monitoria e outras políticas de apoio educacional, aspectos que não podem ser adequadamente apreendidos por meio de procedimentos exclusivamente quantitativos.

A pesquisa bibliográfica foi desenvolvida a partir do levantamento sistemático de produções científicas nacionais e internacionais que abordam políticas educacionais, programas de apoio escolar, responsabilização docente, engajamento estudantil, desenvolvimento intelectual e equidade educacional. Foram consultadas bases de dados acadêmicas reconhecidas, como SciELO, Google Scholar e periódicos especializados da área da Educação, priorizando livros, artigos científicos e ensaios teóricos publicados, majoritariamente, entre 2017 e 2025. Esse recorte temporal permitiu articular referenciais teóricos consolidados com análises recentes sobre os desafios contemporâneos das políticas de apoio escolar no contexto brasileiro.

Paralelamente, realizou-se uma análise documental de textos normativos e relatórios oficiais produzidos por órgãos governamentais, com destaque para documentos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Esses documentos foram utilizados como subsídio para contextualizar a implementação dos programas de apoio escolar e para compreender os indicadores educacionais frequentemente mobilizados na avaliação de sua efetividade, tais como taxas de permanência, rendimento escolar e níveis de aprendizagem.

A seleção do material seguiu critérios de relevância temática e coerência com os objetivos do estudo, sendo incluídas produções que discutissem explicitamente a relação entre políticas de apoio escolar, práticas pedagógicas e desenvolvimento intelectual dos alunos. Foram excluídos textos de caráter estritamente técnico ou normativo que não apresentassem articulação com a dimensão pedagógica ou com a análise crítica da responsabilização docente. Após a seleção, procedeu-se à leitura exploratória, analítica e interpretativa das fontes, buscando identificar convergências teóricas, divergências conceituais e lacunas nas abordagens existentes.

A análise dos dados foi conduzida por meio da análise temática, permitindo a organização do conteúdo em eixos analíticos relacionados à estrutura e aos objetivos dos programas governamentais de apoio escolar, à responsabilização dos professores, ao engajamento dos alunos e aos fatores sociais e institucionais que impactam o desenvolvimento intelectual. Esse procedimento possibilitou a articulação entre os diferentes referenciais teóricos e documentos analisados, favorecendo a construção de uma interpretação crítica sobre os limites e as potencialidades dessas políticas educacionais.

Do ponto de vista ético-epistemológico, o estudo assume que a pesquisa em educação é uma prática social e política, atravessada por disputas de sentidos e por interesses institucionais. Assim, a análise aqui desenvolvida não se limita à descrição das políticas de apoio escolar, mas busca problematizar discursos que deslocam a responsabilidade pelo fracasso educacional para o trabalho docente, sem considerar as condições estruturais e o papel ativo dos estudantes no processo de aprendizagem.

4 APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

A análise das produções científicas, dos documentos normativos e dos dados educacionais revela que os programas governamentais de apoio escolar têm desempenhado um papel relevante na ampliação da permanência dos estudantes na escola, mas apresentam limitações expressivas no que se refere ao desenvolvimento intelectual e à consolidação das aprendizagens. Estudos recentes

indicam que iniciativas como programas de incentivo financeiro, ações de monitoria e reforço escolar produzem impactos mais consistentes sobre indicadores administrativos - como frequência e redução da evasão - do que sobre a aprendizagem propriamente dita (INEP, 2024; Todos Pela Educação, 2025).

Os dados oficiais corroboram essa constatação ao apontarem que, apesar do aumento do acesso e da permanência escolar, persistem baixos níveis de proficiência em áreas centrais do currículo, especialmente Língua Portuguesa e Matemática, nas etapas finais da educação básica (INEP, 2024). Esse cenário evidencia que a presença do aluno na escola, ainda que sustentada por programas de apoio, não garante, por si só, o desenvolvimento intelectual esperado. Conforme argumenta Perrenoud (1999), a aprendizagem exige mediações pedagógicas qualificadas e engajamento cognitivo ativo, não podendo ser reduzida a indicadores de fluxo escolar.

Outro resultado central diz respeito à recorrente responsabilização dos professores pelos resultados insatisfatórios desses programas. A literatura educacional aponta que, em contextos marcados por avaliações externas e metas de desempenho, o trabalho docente tende a ser associado, de forma quase exclusiva, ao sucesso ou fracasso das políticas educacionais (Libâneo, 2017). No entanto, essa lógica de culpabilização individual ignora fatores estruturais, como a fragmentação das políticas públicas, a precarização das condições de trabalho docente e a ausência de integração entre os programas de apoio e o projeto pedagógico das escolas (Luckesi, 2019).

Estudos críticos sobre políticas educacionais indicam que a responsabilização excessiva dos professores pode produzir efeitos contraproducentes, como o enfraquecimento da autonomia pedagógica e a adoção de práticas voltadas mais ao cumprimento de exigências administrativas do que à promoção da aprendizagem significativa (Perrenoud, 1999). Assim, os resultados analisados reforçam que atribuir exclusivamente aos docentes os resultados dos programas de apoio escolar constitui uma simplificação que obscurece os limites estruturais do sistema educacional e dificulta o aprimoramento das políticas públicas.

A análise também evidencia que o engajamento dos estudantes emerge como variável decisiva para a efetividade dos programas de apoio escolar. A literatura aponta que muitos alunos participam dessas iniciativas de forma instrumental, motivados por incentivos externos ou pela obrigatoriedade institucional, sem estabelecer uma relação significativa com o estudo (Charlot, 2000). Essa ausência de sentido compromete o desenvolvimento intelectual, uma vez que aprender implica esforço cognitivo, interesse e construção de significado em relação ao conhecimento escolar.

Relatórios educacionais recentes reforçam essa análise ao indicar que programas de reforço e monitoria apresentam resultados limitados quando não conseguem mobilizar a motivação intrínseca dos estudantes e promover a autorregulação da aprendizagem (Todos Pela Educação, 2025). Nesse sentido, os resultados do presente estudo sugerem que políticas de apoio centradas exclusivamente em mecanismos externos de incentivo tendem a falhar em promover autonomia intelectual, reproduzindo uma lógica assistencialista que pouco contribui para a formação crítica dos alunos.

Além disso, fatores sociais, familiares e psicológicos configuram-se como condicionantes relevantes na análise da efetividade desses programas. Estudos apontam que contextos de vulnerabilidade social, ausência de acompanhamento familiar e dificuldades emocionais impactam diretamente o envolvimento do aluno com as atividades escolares e com as ações de apoio oferecidas (Dessen; Polonia, 2019; IBGE, 2025). Esses fatores limitam o aproveitamento das monitorias e reforços, especialmente quando não há articulação com políticas intersetoriais de assistência social e saúde.

Outro aspecto identificado refere-se à forma como os programas governamentais de apoio escolar são implementados no cotidiano das instituições. Em muitos contextos, observa-se que tais programas operam de maneira paralela ao currículo regular, sem integração efetiva com as práticas pedagógicas desenvolvidas em sala de aula. Essa fragmentação compromete sua efetividade, uma vez que as ações de apoio deixam de dialogar com os objetivos formativos da escola e com as necessidades reais dos estudantes (Libâneo, 2017; Luckesi, 2019).

Os resultados também permitem problematizar a noção de responsabilidade educacional presente no discurso sobre esses programas. Evidencia-se que a aprendizagem resulta de uma corresponsabilidade entre Estado, escola, professores e alunos, não podendo ser explicada a partir da atuação isolada de um único ator. Conforme destaca Charlot (2000), o aluno é sujeito ativo do processo de aprendizagem, e qualquer política educacional que desconsidere essa dimensão tende a produzir efeitos limitados.

Diante desses achados, a discussão aponta para a necessidade de repensar os programas governamentais de apoio escolar a partir de uma perspectiva mais integrada e pedagógica. O fortalecimento dessas iniciativas exige que elas sejam articuladas ao projeto pedagógico das escolas, acompanhadas por processos formativos para os professores e orientadas por estratégias que promovam o engajamento ativo e a autonomia intelectual dos estudantes. Somente assim será possível superar a lógica de culpabilização docente e avançar na construção de políticas públicas mais eficazes, equitativas e comprometidas com o desenvolvimento intelectual dos alunos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo analisou criticamente a efetividade dos programas governamentais de apoio escolar, problematizando a responsabilização atribuída aos professores e destacando a necessidade de incentivar o desenvolvimento intelectual e a autonomia dos alunos. Ao longo do estudo, evidenciou-se que tais programas têm contribuído de forma significativa para a ampliação da permanência escolar e para a mitigação de desigualdades de acesso, mas ainda enfrentam limites expressivos no que se refere à consolidação de aprendizagens profundas e ao fortalecimento do engajamento cognitivo dos estudantes.

As análises desenvolvidas demonstraram que a eficácia dos programas de apoio não pode ser avaliada exclusivamente a partir de indicadores quantitativos, como frequência, evasão ou cumprimento de metas institucionais. Embora esses indicadores sejam relevantes, eles não refletem, de forma suficiente, o desenvolvimento intelectual dos alunos nem a qualidade das experiências formativas

vivenciadas no contexto escolar. Nesse sentido, o estudo reforça que a permanência na escola, ainda que assegurada por políticas de incentivo, não garante, por si só, a aprendizagem significativa nem a formação crítica dos estudantes.

Outro aspecto central evidenciado refere-se à tendência de culpabilização dos professores pelos resultados insatisfatórios desses programas. A análise crítica indica que essa responsabilização individual desconsidera as condições estruturais das escolas, a fragmentação das políticas educacionais e a complexidade do processo educativo. Ao atribuir aos docentes a responsabilidade quase exclusiva pelo sucesso ou fracasso das iniciativas governamentais, corre-se o risco de invisibilizar fatores institucionais e sociais determinantes, além de fragilizar a autonomia pedagógica e o sentido formativo do trabalho docente.

O estudo também evidenciou que o desenvolvimento intelectual dos alunos está diretamente relacionado ao engajamento ativo com o estudo e à construção de uma relação significativa com o conhecimento. Programas de apoio que se limitam à oferta de incentivos externos ou a ações pontuais de monitoria tendem a apresentar resultados restritos quando não incorporam estratégias voltadas à motivação, à autorregulação da aprendizagem e ao protagonismo estudantil. Assim, a ausência de incentivo à autonomia intelectual configura-se como um dos principais entraves à efetividade dessas políticas.

Além disso, os resultados apontam que fatores sociais, familiares e emocionais exercem influência decisiva sobre o aproveitamento dos programas de apoio escolar. Contextos de vulnerabilidade social, ausência de acompanhamento familiar e dificuldades emocionais comprometem o envolvimento dos estudantes com as ações propostas, limitando seu impacto formativo. Esses elementos reforçam a necessidade de uma abordagem integrada, que articule políticas educacionais com outras áreas sociais, de modo a criar condições mais favoráveis ao desenvolvimento intelectual dos alunos.

Diante desse cenário, sustenta-se que o aprimoramento dos programas governamentais de apoio escolar exige o fortalecimento de uma lógica de corresponsabilidade entre Estado, escola, professores e estudantes. A efetividade

dessas políticas depende da integração entre os programas de apoio e o projeto pedagógico das instituições, da valorização do trabalho docente e da criação de estratégias que incentivem o engajamento ativo e a autonomia intelectual dos alunos. Somente a partir dessa articulação será possível superar a lógica assistencialista e avançar na construção de políticas públicas mais eficazes e pedagogicamente consistentes.

Por fim, reconhece-se que este estudo, por se tratar de uma pesquisa bibliográfica e documental, não esgota a complexidade do tema abordado. Contudo, as reflexões apresentadas contribuem para o debate educacional contemporâneo ao deslocar o foco da culpabilização individual para a análise das condições estruturais e motivacionais que influenciam o aprendizado. Espera-se que este artigo possa subsidiar futuras pesquisas empíricas e reflexões institucionais voltadas ao fortalecimento de programas de apoio escolar que, para além de garantir a permanência, promovam efetivamente o desenvolvimento intelectual e a formação crítica dos estudantes.

6 REFERÊNCIAS

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 13 jan. 2026.

BRASIL. Lei nº 14.818, de 16 de janeiro de 2024. Institui o Programa Pé-de-Meia. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 jan. 2024.

CHARLOT, Bernard. Da relação com o saber: elementos para uma teoria. Porto Alegre: Artmed, 2000.

DESSEN, Maria Auxiliadora; POLONIA, Ana da Costa. A família e a escola como contextos de desenvolvimento humano. *Paideia*, Ribeirão Preto, v. 29, e2921, 2019.

IBGE. Indicadores educacionais avançam em 2024, mas atraso escolar aumenta. Agência IBGE Notícias, 13 jun. 2025. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/>. Acesso em: 13 jan. 2026.

INEP. Censo Escolar da Educação Básica 2023: resumo técnico. Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2024. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escolar_2023.pdf. Acesso em: 13 jan. 2026.

LIBÂNEO, José Carlos. Didática. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

PERRENOUD, Philippe. Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens. Porto Alegre: Artmed, 1999.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. Aprendizagem na Educação Básica no Brasil: situação no pós-pandemia. São Paulo, 2025. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/>. Acesso em: 13 jan. 2026.

